

BRITO, André Souza. "Cristianismo ateu": o movimento ecumênico nas malhas da ditadura militar do Brasil, 1964-1985. Novas Edições Acadêmicas, 2015. 680 p.

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra*

O livro “Cristianismo ateu: o movimento ecumênico nas malhas da ditadura militar do Brasil, 1964-1985”, de autoria de André Souza Brito e publicado em 2015, apresenta uma análise profunda e crítica sobre o papel do movimento ecumênico durante o período da ditadura militar no Brasil.

A obra aborda como diferentes vertentes do cristianismo, incluindo católicos progressistas, evangélicos de base e teólogos da libertação, se uniram em um movimento de resistência e solidariedade em meio à repressão do regime autoritário. O autor destaca como esses grupos religiosos se engajaram em ações de defesa dos direitos humanos, denunciando as violações cometidas pelo Estado e apoiando os perseguidos políticos.

A expressão “cristianismo ateu” utilizada no título do livro faz referência à postura crítica adotada por esses grupos religiosos, que, mesmo fundamentados em princípios cristãos, questionavam a religião institucionalizada e se posicionavam de forma contrária às injustiças sociais e políticas do período. O livro destaca a relevância do tema abordado, ressaltando a importância de se compreender o papel das instituições religiosas na resistência e na luta por justiça durante um período marcado pela repressão e violações dos direitos humanos.

O objetivo é analisar as diversas formas de vigilância, investigação e

Artigo submetido em 30 de março de 2024 e aprovado em 06 de junho de 2025.

* Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutor em Ciências de la Educación pela Universidad del Sol (UNADES, 2024). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0001-7834-4362. E-mail: avaete.guerra@gmail.com.

perseguição sofridas por determinado movimento social durante o período de 1964 a 1985, conforme documentado pelos órgãos de espionagem do Estado. Muitos recursos foram empregados por agentes desses órgãos com o intuito de compreender e monitorar de perto as atividades desse movimento.

O estudo revela relatos de religiosos, pastores, leigos protestantes, bispos e intelectuais católicos que bravamente resistiram às injustiças cometidas pelo regime. A pesquisa se baseia em documentos anteriormente confidenciais, sigilosos ou secretos, produzidos pelos serviços de inteligência da ditadura, em especial o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Um dos principais propósitos desta obra é analisar como o movimento ecumênico inclui ações de serviço e políticas, como resistência, contestação e denúncia das violações de direitos pelo regime ditatorial. Todos esses esforços visavam promover a unidade ecumênica e contribuir para a justiça social e a plena vigência dos direitos humanos, resultando em iniciativas de solidariedade com as vítimas da repressão militar e os mais vulneráveis na sociedade.

A obra analisa a postura política de oposição, contestação e denúncia adotada por indivíduos e instituições cristãs, tanto católicas quanto protestantes, em resposta às arbitrariedades promovidas pelo regime estabelecido após o golpe civil-militar de 1964. Entre as instituições estudadas estão o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR).

A pesquisa se baseia em documentos anteriormente confidenciais, sigilosos ou secretos, produzidos pelos órgãos de informação e repressão da ditadura, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), entre outros. Os agentes desses órgãos dedicaram muitos recursos na tentativa de compreender e monitorar líderes religiosos (pastores, bispos e leigos) ligados a essas entidades ecumênicas.

Os religiosos eram constantemente monitorados em suas atividades públicas, desde declarações até o apoio a movimentos sociais, passando pela reação da sociedade às suas iniciativas e críticas ao regime. Suas tendências políticas e conexões internacionais também eram objeto de análise, assim como a entrada de recursos financeiros e suas relações com outras entidades religiosas e o Estado. Devido a esse engajamento sociopolítico, muitos eram rotulados como "esquerdistas", "comunistas" ou "subversivos", e suas instituições eram vistas como promotoras de ideais considerados ameaçadores.

Além disso, a obra de André Souza Brito é elogiada pela sua abordagem cuidadosa e pela sua capacidade de contextualizar os acontecimentos históricos com as questões teológicas e éticas. O livro é uma leitura essencial para aqueles interessados em compreender a relação entre religião, política e resistência durante um dos períodos mais sombrios da história do Brasil. A obra contribui para uma reflexão profunda sobre o papel das instituições religiosas na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social.

O Capítulo I do livro aborda o Regime Militar no Brasil, os Protestantismos e o Movimento Ecumênico, explorando a relação entre esses elementos e a construção dos Serviços de Informações. Durante o período do Regime Militar no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, houve uma intensa vigilância e repressão por parte do Estado, especialmente em relação aos chamados "inimigos internos", que eram vistos como ameaças à segurança nacional. Nesse contexto, os Protestantismos foram alvo de atenção por parte do regime, devido à sua crescente influência e atuação política. Muitas igrejas protestantes se posicionaram de forma crítica em relação ao autoritarismo e à violação dos direitos humanos perpetrados pelo governo militar, o que levou à perseguição e monitoramento de líderes e membros dessas comunidades religiosas.

No Capítulo II, intitulado: O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e seus ativistas, trata da importância do CEI e do CEDI no cenário social e político atual. O CEI é uma organização que tem como objetivo promover a justiça social e a defesa dos direitos humanos, atuando de forma ecumênica e inter-religiosa. O CEDI, por sua vez, é um centro de documentação e informação que tem como missão coletar, preservar e disponibilizar materiais

relacionados à luta pelos direitos humanos e pela justiça social. O centro também promove a educação e a conscientização sobre questões sociais e políticas, buscando mobilizar a sociedade para a transformação. Os ativistas do CEDI são pessoas engajadas na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social. Eles atuam de diversas formas, seja por meio de pesquisas, campanhas de conscientização, mobilizações sociais ou advocacy junto às autoridades e instituições.

O capítulo 3 do livro "O Conselho Mundial de Igrejas: um ator político no cenário ditatorial dos anos 1960 aos anos 1980" apresenta um panorama das ações desse órgão durante os períodos de ditadura em diversos países ao redor do mundo. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) desempenhou um papel significativo na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social em meio a regimes autoritários e repressivos. Durante as décadas de 1960 a 1980, muitos países foram governados por regimes ditatoriais que violavam os direitos fundamentais de seus cidadãos. O CMI, como uma organização ecumênica que reúne igrejas de diferentes tradições cristãs, não ficou alheio a essa realidade e se posicionou de forma ativa em defesa da liberdade, da democracia e da dignidade humana. O capítulo destaca as diferentes estratégias adotadas pelo CMI para enfrentar os desafios impostos pelas ditaduras. Isso incluiu a denúncia pública das violações de direitos humanos, a prestação de apoio a vítimas de repressão, a defesa da liberdade religiosa e de expressão, e o diálogo com as autoridades para buscar soluções pacíficas e justas para os conflitos.

O Capítulo 4 da obra aborda a atuação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) na promoção dos direitos humanos em uma perspectiva ampliada. A CESE é uma organização sem fins lucrativos que atua desde 1973 em parceria com organizações da sociedade civil, visando a promoção da justiça social e o fortalecimento da cidadania. A atuação da CESE se destaca por sua abordagem ecumênica, que busca a união de diferentes crenças e valores em prol de um objetivo comum: a defesa dos direitos humanos. A organização atua em diversas frentes, como a luta contra a discriminação racial, de gênero e de orientação sexual, a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à

pobreza e à exclusão social. A perspectiva ampliada adotada pela CESE vai além da garantia dos direitos civis e políticos, abrangendo também os direitos econômicos, sociais e culturais. Isso significa que a organização não apenas defende a liberdade de expressão e o direito ao voto, mas também luta pela garantia de condições dignas de trabalho, acesso à educação e saúde de qualidade para todos.

Por fim, no Capítulo 5 do livro são retratadas as múltiplas dimensões do ecumenismo em São Paulo, destacando a importância do diálogo inter-religioso e da colaboração entre diferentes tradições religiosas. Neste contexto, o Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (CIET) surge como um espaço privilegiado para a reflexão e o debate sobre questões teológicas e ecumênicas. O ecumenismo em São Paulo se manifesta de diversas formas, desde encontros e celebrações inter-religiosas até ações conjuntas em prol da justiça social e da paz. A cidade, conhecida por sua diversidade cultural e religiosa, se torna um terreno fértil para o diálogo entre diferentes tradições e a construção de pontes de entendimento. O CIET, por sua vez, reúne teólogos, líderes religiosos e acadêmicos de diversas partes do mundo para discutir temas relevantes para o ecumenismo contemporâneo. Através de palestras, mesas redondas e workshops, o congresso proporciona um espaço de reflexão profunda e troca de experiências entre os participantes.

Uma das principais críticas feitas ao livro é a forma como o autor aborda a questão do "cristianismo ateu". O termo, cunhado por teólogos da libertação na década de 1970, refere-se à ideia de que é possível ser cristão sem necessariamente acreditar em um Deus transcendente. Alguns críticos argumentam que o livro não explora adequadamente essa complexa questão teológica, deixando lacunas na análise do tema. Outro ponto de crítica levantado em relação à obra de André Souza Brito é a sua abordagem do movimento ecumênico.

Alguns estudiosos argumentam que o autor simplifica demais a diversidade de perspectivas e abordagens dentro do movimento, não levando em consideração as nuances e contradições presentes nesse contexto. Além disso, há críticas em relação à forma como o autor trata o período da ditadura militar no

Brasil. Percebe-se que o livro não contextualiza adequadamente as condições políticas e sociais da época, o que poderia enriquecer a análise do papel do movimento ecumênico nesse período conturbado da história brasileira.

Apesar das críticas, o livro de André Souza Brito também tem sido elogiado por sua contribuição para o debate sobre a relação entre religião e política no Brasil. A obra levanta questões importantes sobre o papel das igrejas e dos movimentos religiosos durante momentos de crise política, e estimula reflexões sobre o legado desse período histórico para a sociedade brasileira contemporânea.

Conclui-se que nossa investigação do passado sempre começa com questões do presente, e acreditamos que o estudo da História recente do Brasil pode nos ensinar e inspirar muito. Esperamos ter contribuído, para aprofundar a compreensão atual sobre a natureza do regime que surgiu após o golpe de Estado em 1964, e também para ampliar o entendimento do papel desempenhado por grupos religiosos durante o período de 1964 a 1985. Afinal, muitos na sociedade atual defendem o retorno dos militares ao poder como uma suposta solução para os diversos problemas sociais complexos que o Brasil ainda enfrenta.